

MENSALÃO



Marco histórico, avalia presidente do TRE-SC

Em entrevista aos jornais da Ad-jori/SC, o presidente do TRE-SC, desembargador Luiz César Medeiros, disse que a Lei da Ficha Limpa trouxe um novo norte ao processo político eleitoral e que o julgamento da ação penal 470, o chamado Mensalão, é um marco histórico.

O desembargador enxerga vários aspectos positivos nesse julgamento. Um deles é a visão da sociedade de que as pessoas, por mais poderosas que sejam, podem chegar à barra dos tribunais. "Tenho a convicção de que o aspecto mais positivo, porém, não está tanto na punição dos que estão lá, mas no avanço que a nossa interpretação penal vai ter na avaliação da prova", acentuou. Segundo o desembargador, não está havendo flexibilização, como dizem alguns. "Antes, valia o seguinte: o que não está nos autos não está no mundo. Agora, o que o Supremo está dizendo é: o que não está nos autos deve ser cotejado com o que está no mundo", explicou.

Collor

O presidente do TRE-SC dá como exemplo dessa mudança de interpretação do Supremo, o julgamento do ex-presidente Fernando Collor de Mello. "Àquela época, o Supremo indeferiu a ação criminal contra o presidente Collor. Se fosse hoje, diante dessa nova forma de analisar o recebimento de denúncia, o julgamento do caso poderia ter outro desfecho", acredita. "Há, hoje, uma abertura para a importância da interpretação dos fatos. Não se restringe a: se não tem impressão digital não se leva em conta. Esse é o grande avanço", concluiu.

ORÇAMENTO 2013

Infraestrutura fica com a maior verba

Dos R\$ 2,56 bilhões previstos para investimento em 2013, R\$ 885,2 milhões serão aplicados na malha viária estadual. A Educação terá R\$ 516 milhões e a Saúde R\$ 233,9 milhões

O Governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no início deste mês, o projeto de Lei Orçamentária para 2013, que prevê uma receita de R\$ 19,3 bilhões. O montante é 12,9% maior do que o orçamento do ano passado, porém, inclui recursos provenientes de financiamentos.

"É um orçamento apertado. Cerca de 55% da receita vai ser gasta com folha de pessoal" afirmou o secretário da Fazenda, Nelson Serpa, que também citou os gastos com a dívida como um pesado fardo para o caixa estadual. Santa Catarina deve desembolsar, em 2013, R\$ 1,75 bilhão com o pagamento da dívida.

Repasso obrigatório

Na peça orçamentária do próximo ano, cada um dos repasses obrigatórios aos poderes e à uni-



Nelson Serpa: só R\$ 800 milhões são do Tesouro Estadual, o restante é proveniente de financiamentos

versidade estadual (Udesc) teve aumento de 3,7% em relação aos valores orçados em 2012. As verbas previstas são: R\$ 1,152 bilhão para o **Tribunal de Justiça**; R\$ 442 milhões para a **Assembleia Legislativa**; R\$ 160,3 milhões para o **Tribunal de Contas do Estado**; R\$ 410,4 milhões para o **Ministério Público** e R\$ 277,7 milhões para a **Udesc**.

Investimentos

Para investimentos estão orçados R\$ 2,56 bilhões, aumento de 57,2% em comparação com 2012, segundo projeção da Secretaria

da Fazenda. Para chegar a esse nível de investimentos no próximo ano, o governo está contando com financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 1,2 bilhão, e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). "Só R\$ 800 milhões vão sair do Tesouro Estadual", observou Serpa.

O orçamento também deve respeitar o limite constitucional de repasse de 25% para a Educação e de 12% para a Saúde, calculados sobre a Receita Líquida Disponível (R\$ 10,6 bilhões). Confira a fatia de cada um:

Saúde: R\$ 233,9 milhões, destinados à ampliação, construção de hospitais e equipamentos.

Educação: R\$ 516,1 milhões, para construção e recuperação de escolas.

Segurança Pública: R\$ 163,5 milhões, para a compra de equipamentos.

Infraestrutura: R\$ 885,2 milhões, para a implantação de rodovias e recuperação de malha viária.

Assistência Social: R\$ 51,7 milhões, para programas sociais.

Justiça e Cidadania: R\$ 127,1 milhões, para manutenção de prédios.

CÓDIGO FLORESTAL



Pequenos serão beneficiados

Relator da Medida Provisória do novo Código Florestal, o senador Luiz Henrique da Silveira (foto) garantiu que os pequenos agricultores e criadores de suínos e frangos de Santa Catarina serão "extraordinariamente beneficiados" pela nova legislação ambiental. Segundo ele, mais de 95% das propriedades no Estado têm até 22 hectares (1 módulo fiscal), das quais não será exigido mais que 10% como Área de Preservação Permanente (APP), a partir do leito regular dos rios com até cinco metros de largura.

O senador advertiu, porém, que ninguém será anistiado, pois todos terão que recompor o desmatamento ilegal proporcionalmente ao tamanho da propriedade. Luiz Henrique destacou que a nova legislação foi construída para regularizar o passivo ambiental e preservar nosso maior patrimônio: a biodiversidade, responsável por suprir os alimentos para o mundo.

MP DA SECA

Dilma veta benefícios para SC

A presidente Dilma Rousseff sancionou lei que libera linhas de financiamento para municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste atingidos pela estiagem na virada de 2011 para 2012. A inclusão dos estados do Sul nesse pacote fiscal, proposta por emenda do senador Paulo Bauer (PSDB) durante a tramitação da matéria no Senado, foi vetada.

"O veto foi um verdadeiro absurdo", protesta o vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina, Nelton Rogério de Souza (foto). Segundo ele, cerca de 30 mil produtores rurais catarinenses estavam contando com essa ajuda para renegociar dívidas e retomar a produção, com novos financiamentos. "A estiagem provocou sérios danos nas lavouras de grãos, especialmente do milho, que tem impacto na pro-



dução de suínos e aves. É uma bola de neve", acentuou.

Certo de que o Congresso não se movimentará para vetar o veto presidencial, Nelton de Souza disse que a Faesc está se articulando para reverter o quadro. Os prejuízos gerados pela estiagem no sul do país beiram R\$ 800 milhões.

O QUE VEM POR AÍ

Pacto pela Educação

O Governo do Estado vai lançar, ainda este mês, o "Pacto pela Educação", que prevê recursos para infraestrutura, inovação e mobiliários. Outras medidas do governo para o setor são projetos para melhorar a gestão escolar, a reforma das matrizes curriculares e uma parceria com o Governo Federal no Programa Alfabetização na Idade Certa. "Precisamos de uma reforma educacional para dar um salto de qualidade", disse o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, durante o lançamento do movimento "A indústria pela educação", promovido pela Federação das Indústrias - Fiesc. A meta da Federação é qualificar cerca de 800 mil trabalhadores para melhorar a competitividade da indústria catarinense.

MUNICÍPIOS

Sem novos ônibus escolares

Pelo menos 133 ônibus que seriam utilizados para o transporte escolar de 6.686 mil estudantes estão parados em um estacionamento da empresa responsável pela produção, em Palhoça. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação, os veículos foram adquiridos com recursos doados pelo Governo Federal, da ordem de R\$ 17,5 milhões, e todos já têm destino certo. Porém, uma série de impasses burocráticos – já solucionados – atrasaram a entrega. O que impede o destino dos ônibus, agora, é a legislação eleitoral. Os veículos serão repassados aos municípios através de um termo de concessão de uso, sendo as prefeituras as responsáveis pela logística de transporte.

(Colaboração do jornal Palavra Palhoçense)

DICA CELESC: ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Você sabia que na maioria dos municípios de Santa Catarina a manutenção da Iluminação Pública é de responsabilidade das Prefeituras? Se verificar falhas na iluminação de postes públicos, confira em nosso portal www.celesc.com.br os telefones de contato das prefeituras para manutenção. Se seu município não tiver um número específico, ligue para o **0800 48 0196** e registre sua solicitação.

Celesc e Governo do Estado, energia para os catarinenses.

www.celesc.com.br

